

Os juros dos bancos de desenvolvimento, em queda.

Os juros cobrados pelos bancos de investimentos poderão cair do atual patamar de 21% para 16 a 17% anuais, mais correção monetária, segundo anunciou ontem no Rio o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos, Ary Waddington.

Ele explicou a queda das taxas (que estiveram em 32% mais correção no início do ano) como consequência da eliminação da obrigatoriedade de aplicação no crédito rural, o que, isoladamente, representava um custo adicional de 4% para o setor. Outro fato que está ajudando, disse Waddington, é a garantia dada pelo presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, de que a correção continuará acompanhando a inflação.

Lembrou ainda que Pastore e o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, prometeram não suspender o tabelamento dos juros para o desconto de duplicatas, o que, apesar de trazer distorções, "significa a melhor solução para o controle do mercado financeiro".

Superávit do Tesouro

O Tesouro Nacional acumulou superávit de caixa efetivo de Cr\$ 1,9 trilhão e permitiu que, no primeiro trimestre, a expansão da

base monetária — emissão primária de moeda — ficasse contida no período em 2,1%, 0,1% acima da meta de 2% estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional, informou ontem o Banco Central. Ao longo dos três primeiros meses do ano, o Banco do Brasil injetou apenas Cr\$ 40,9 bilhões de recursos novos na economia, mas adiantou Cr\$ 552,6 bilhões para a cobertura de responsabilidades da União, sobretudo de déficits da Previdência Social. Em termos reais, a oferta de moeda sofreu corte de 23,8% no primeiro trimestre.

O Banco Central reconheceu que o cumprimento da meta traçada com o FMI para a expansão da base monetária só foi possível com o superávit recorde na caixa do Tesouro e a contenção das aplicações do Banco do Brasil e do próprio BC. O saldo positivo do orçamento fiscal também amorteceu o impacto líquido de Cr\$ 575,6 bilhões do open sobre a oferta monetária.

O desvio na política monetária ficou mesmo por conta dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público e mais depósitos a vista no Banco do Brasil e nos bancos comerciais), com expansão de 7,6%

em março, contra a redução de 1,8% no saldo da base monetária. O BC procurou justificar a disparidade do comportamento da base monetária e dos meios de pagamento afirmando:

— A sistemática de recolhimento compulsório dos bancos comerciais que, em certa margem, permite ajustes automáticos às variações de liquidez bancária, possibilitou que o multiplicador monetário — velocidade de circulação da moeda — apresentasse significativo crescimento em março. Assim, a contenção exercida sobre a base monetária foi, de certo modo, compensada, evitando que a liquidez da economia se tornasse excessivamente pressionada ao final do trimestre.

A expansão de 12,4% nos depósitos a vista do Banco do Brasil e de 9% nos bancos comerciais resultou na elevação de 7,6% do saldo dos meios de pagamento. No primeiro trimestre, os meios de pagamento cresceram 3,9%, contra a retração de 3,8% estabelecida pelo FMI. Enquanto a expansão anual da base monetária permaneceu em 79,6%, a dos meios de pagamento saltou de 89% para 105,1% de fevereiro para março.